

NEWSLETTER JULHO/AGOSTO 2017



An Independent Member Of
BKR International - In principal
cities worldwide

www.mca.pt

www.bkr.com

Sede: Lisboa
R. Visconde Moreira de Rey, 14
Linda-a-Pastora
2790-447 Queijas

Telf. 21 424 88 40
Fax. 21 424 88 50

Delegações:
Olhão e Portalegre

EM DESTAQUE

PAGAMENTOS EM NUMERÁRIO

A Lei nº 92/2017 de 22 de agosto obriga à utilização de meio de pagamento específico em transações que envolvam montantes iguais ou superiores a 3.000 euros, alterando a Lei Geral Tributária e o Regime Geral das Infrações Tributárias.

É proibido pagar ou receber em numerário em transações de qualquer natureza que envolvam montantes iguais ou superiores a 3.000 euros ou o seu equivalente em moeda estrangeira.

Os pagamentos realizados pelos sujeitos passivos a que se refere o n.º 1 do artigo 63.º-C (sujeitos passivos que disponham ou devam dispor de contabilidade organizada) respeitantes a faturas ou documentos equivalentes de valor igual ou superior a (euro) 1 000, ou o seu equivalente em moeda estrangeira, devem ser efetuados através de meio de pagamento que permita a identificação do respetivo destinatário, designadamente transferência bancária, cheque nominativo ou débito direto.

AVISOS

Em 4 de julho de 2017 entrou em vigor o Acordo entre a República Portuguesa e a República Socialista do Vietname para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Lisboa, em 3 de junho de 2015.

[Aviso n.º 68/2017 - Diário da República n.º 127/2017, Série I de 2017-07-04](#)

LEGISLAÇÃO FISCAL

IVA – IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

IVA DEVIDO PELAS IMPORTAÇÕES DE BENS

A Portaria nº 215/2017 regulamenta a forma e prazo de exercício da opção prevista no n.º 8 do artigo 27.º do Código do IVA, para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica.

[Portaria n.º 215/2017 - Diário da República n.º 139/2017, Série I de 2017-07-20](#)

PROCEDIMENTOS DE RESTITUIÇÃO

O Decreto-Lei nº 84/2017 simplifica os procedimentos de restituição de IVA às instituições particulares de solidariedade social, às Forças Armadas, às forças e serviços de segurança e aos bombeiros.

[Decreto-Lei n.º 84/2017 - Diário da República n.º 140/2017, Série I de 2017-07-21](#)

DECLARAÇÃO PERIÓDICA - ATUALIZAÇÃO

Aportaria nº 221/2017 procede à atualização da declaração periódica de IVA e respetivas instruções de preenchimento.

[Portaria n.º 221/2017 - Diário da República n.º 140/2017, Série I de 2017-07-21](#)

CÓDIGO DO IMI – ALTERAÇÃO E MECENATO CIENTIFICO

A Lei nº 85/2017 altera o [Decreto-Lei n.º 41/2016](#), de 1 de agosto, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, e prorroga a vigência dos benefícios fiscais relativos ao mecenato científico.

[Lei n.º 85/2017 - Diário da República n.º 159/2017, Série I de 2017-08-18](#)

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO

A Lei nº 100/2017 altera o [Decreto-Lei n.º 433/99](#), de 26 de outubro, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o [Decreto-Lei n.º 6/2013](#), de 17 de janeiro.

[Lei n.º 100/2017 - Diário da República n.º 165/2017, Série I de 2017-08-28](#)

LEI GERAL TRIBUTÁRIA - ALTERAÇÕES

A Lei nº 91/2017 modifica as condições em que um país, região ou território pode ser considerado regime fiscal claramente mais favorável, alterando a Lei Geral Tributária.

A Lei nº 92/2017 obriga à utilização de meio de pagamento específico em transações que envolvam montantes iguais ou superiores a EUR 3 000, alterando a Lei Geral Tributária e o Regime Geral das Infrações Tributárias.

[Lei n.º 91/2017 - Diário da República n.º 161/2017, Série I de 2017-08-22](#)

Lei n.º 92/2017 - Diário da República n.º 161/2017, Série I de 2017-08-22

TROCA AUTOMÁTICA DE INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIA

A Lei nº 98/2017 regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade, transpondo as Diretivas (UE) [2015/2376](#), do Conselho, de 8 de dezembro de 2015, e (UE) [2016/881](#), do Conselho, de 25 de maio de 2016, e procedendo à alteração de diversos diplomas.

[Lei n.º 98/2017 - Diário da República n.º 163/2017, Série I de 2017-08-24](#)

OUTRA LEGISLAÇÃO

REGIME JURIDICO DA ATIVIDADE DE INTERMEDIÁRIO DE CRÉDITO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

O Decreto-Lei nº 81º-C/2017 aprova o regime jurídico que estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria, transpondo parcialmente a [Diretiva 2014/17/UE](#).

[Decreto-Lei n.º 81-C/2017 - Diário da República n.º 130/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-07-07](#)

COEFICIENTES DE REVALORIZAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

A Portaria nº 210/2017 determina os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na atualização das remunerações registadas que servem de base de cálculo às pensões iniciadas durante o ano de 2017.

[Portaria n.º 210/2017 - Diário da República n.º 135/2017, Série I de 2017-07-14](#)

CÓDIGO DE PROCESSO DO TRABALHO - ALTERAÇÃO

A Lei nº 55/2017 alarga o âmbito da ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho e os mecanismos processuais de combate à ocultação de relações de trabalho subordinado, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 107/2009](#), de 14 de setembro, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 480/99](#), de 9 de novembro.

[Lei n.º 55/2017 - Diário da República n.º 136/2017, Série I de 2017-07-17](#)

CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ATUALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

A Portaria nº 216/2017 estabelece a atualização extraordinária do preço dos contratos de aquisição de serviços com duração plurianual.

[Portaria n.º 216/2017 - Diário da República n.º 139/2017, Série I de 2017-07-20](#)

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Decreto-Lei nº 85/2017 cria um regime excecional que agiliza os processos aquisitivos, administrativos e financeiros para o desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificado.

O Decreto-Lei nº 111-B/2017 procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 18/2008](#), de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.os [2014/23/UE](#), [2014/24/UE](#) e [2014/25/UE](#), todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a [Diretiva n.º 2014/55/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

[Decreto-Lei n.º 85/2017 - Diário da República n.º 144/2017, Série I de 2017-07-27](#)

[Decreto-Lei n.º 111-B/2017 - Diário da República n.º 168/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-08-31](#)

SOCIEDADES DE REABILITAÇÃO URBANA

O Decreto-Lei nº 88/2017 altera o regime das sociedades de reabilitação urbana.

[Decreto-Lei n.º 88/2017 - Diário da República n.º 144/2017, Série I de 2017-07-27](#)

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

O Decreto-Lei nº 89/2017 transpõe a Diretiva 2014/95/EU no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos. Altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código dos Valores Mobiliários.

[Decreto-Lei n.º 89/2017 - Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28](#)

MORADA ÚNICA DIGITAL

O Decreto-Lei n.º 93/2017 cria o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital.

[Decreto-Lei n.º 93/2017 - Diário da República n.º 147/2017, Série I de 2017-08-01](#)

CÓDIGO COOPERATIVO - ALTERAÇÃO

A Lei n.º 66/2017 procede à primeira alteração à [Lei n.º 119/2015](#), de 31 de agosto, que aprova o Código Cooperativo.

[Lei n.º 66/2017 - Diário da República n.º 153/2017, Série I de 2017-08-09](#)

FUNDOS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

A Lei n.º 69/2017 regula os fundos de recuperação de créditos.

[Lei n.º 69/2017 - Diário da República n.º 155/2017, Série I de 2017-08-11](#)

REGIME DE ACESSO E TROCA AUTOMÁTICA DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A Portaria n.º 255/2017 altera a [Portaria n.º 302-D/2016](#), de 2 de dezembro. Estabelece a lista das jurisdições participante, prevista no n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro de 2016.

[Portaria n.º 255/2017 - Diário da República n.º 156/2017, Série I de 2017-08-14](#)

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL

A Lei n.º 78/2017 cria um sistema de informação cadastral simplificada e revoga a [Lei n.º 152/2015](#), de 14 de setembro.

[Lei n.º 78/2017 - Diário da República n.º 158/2017, Série I de 2017-08-17](#)

BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS

A Lei n.º 83/2017 estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpõe parcialmente as Diretivas [2015/849/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e [2016/2258/UE](#), do Conselho, de 6 de dezembro de 2016, altera o Código Penal e o Código da Propriedade Industrial e revoga a [Lei n.º 25/2008](#), de 5 de junho, e o [Decreto-Lei n.º 125/2008](#), de 21 de julho.

[Lei n.º 83/2017 - Diário da República n.º 159/2017, Série I de 2017-08-18](#)

REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO

A Lei nº 89/2017 aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, transpõe o capítulo III da [Diretiva \(UE\) 2015/849](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e procede à alteração de Códigos e outros diplomas legais.

[Lei n.º 89/2017 - Diário da República n.º 160/2017, Série I de 2017-08-21](#)

CÓDIGO DOS DIREITOS DE AUTOR E DIREITOS CONEXOS - ALTERAÇÃO

O Decreto-Lei nº 100/2017 procede à primeira alteração à [Lei n.º 26/2015](#), de 14 de abril, transpondo a [Diretiva n.º 2014/26/UE](#), relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e à concessão de licenças multiterritoriais de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno, e que altera o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos e a tabela de compensação equitativa anexa à [Lei n.º 62/98](#), de 1 de setembro.

[Decreto-Lei n.º 100/2017 - Diário da República n.º 162/2017, Série I de 2017-08-23](#)

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS - RETIFICAÇÃO

A Declaração de Retificação nº 21/2017 retifica o [Decreto-Lei n.º 79/2017](#), de 30 de junho, da Justiça, que altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 125, de 30 de junho de 2017.

[Declaração de Retificação n.º 21/2017 - Diário da República n.º 164/2017, Série I de 2017-08-25](#)

REGIME JURÍDICO DAS SIMFE, CERTIFICADOS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO E ALTERAÇÃO AO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS - RETIFICAÇÃO

A Declaração de Retificação nº 22/2017 ratifica o [Decreto-Lei n.º 77/2017](#), de 30 de junho, das Finanças, que cria medidas de dinamização do mercado de capitais, com vista à diversificação das fontes de financiamento das empresas, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 125, de 30 de junho de 2017.

[Declaração de Retificação n.º 22/2017 - Diário da República n.º 164/2017, Série I de 2017-08-25](#)

CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS E REGIME GERAL DOS ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO - ALTERAÇÃO

A Lei nº 104/2017 transpõe parcialmente a Diretiva [2014/91/UE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, no que diz respeito às funções dos depositários, às políticas de remuneração e às sanções, altera o Código dos Valores Mobiliários e o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

[Lei n.º 104/2017 - Diário da República n.º 167/2017, Série I de 2017-08-30](#)

TAXA SUPLETIVA DE JUROS MORATÓRIOS

O Aviso nº 8544/2017 de 1 de agosto publicita as taxas supletivas de juros moratórios a vigorar no 2º semestre de 2017.

PROGRAMAS OPERACIONAIS / APOIOS

A Portaria nº 207-A/2017 estabelece, para o território do continente, as normas complementares de execução para o cumprimento da prestação vínica e as normas complementares do apoio a atribuir aos destiladores que transformem os subprodutos da vinificação

[Portaria n.º 207-A/2017 - Diário da República n.º 132/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-07-11](#)

A Portaria nº 213-A/2017 procede à segunda alteração à [Portaria n.º 107/2015](#), de 13 de abril, que estabelece o regime de aplicação da operação 3.2.2, «Pequenos investimentos na exploração agrícola», e da operação 3.3.2, «Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas», ambas da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Portaria n.º 213-A/2017 - Diário da República n.º 138/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-07-19](#)

A Portaria nº 223-A/2017 procede à segunda alteração à [Portaria n.º 199/2015](#), de 6 de julho, que estabelece o regime de aplicação do apoio 6.2.2, «Restabelecimento do potencial produtivo», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Portaria n.º 223-A/2017 - Diário da República n.º 140/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-07-21](#)

A Portaria nº 238/2017 procede à segunda alteração à [Portaria n.º 152/2016](#), de 25 de maio, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4 «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Portaria n.º 238/2017 - Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28](#)

INTERPRETAÇÕES/ORIENTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Ofício-circulado nº 30193/2017 de 11 de agosto – IVA - artº 27º, nº 8 do CIVA – Opção de pagamento do IVA devido pelas importações de bens na declaração periódica de IVA na forma e prazo regulados na Portaria nº 215/2017 de 20 de julho

Ofício-circulado nº 90025/2017 de 14 de agosto – IVA - Restituições de IVA – Decreto-Lei nº 84/2017 de 21 de julho

Ofício-circulado nº 40115/2017 de 31 de agosto – Adicional ao IMI – caracterização e exercício da opção pela tributação conjunta – sujeitos passivos casados ou em união de facto.

A presente informação destina-se a ser distribuída entre clientes e colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem expressa autorização do editor.

Caso deseje obter esclarecimentos adicionais contacte sroc@mca.pt